

MERCADO DE TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO: QUAL A REALIDADE PARA OS JOVENS BRASILEIROS?

Mateus de Carvalho Reis Neves¹
João Eustáquio de Lima²

Resumo: Neste estudo, realizou-se, por meio do uso de microdados da PNAD (2011), uma investigação acerca da inserção de jovens de 15 a 24 anos no mercado de trabalho. Para tanto, analisaram-se os efeitos marginais e as razões de risco relativo resultantes de uma função logística multinomial. Evidenciou-se que a escolaridade e a experiência profissional influenciaram positivamente a empregabilidade. Possuir filho, ser do gênero feminino e não branco reduziram a probabilidade de trabalhar. Tais resultados sugerem o caminho que podem trilhar políticas públicas que visem mitigar o desemprego entre os jovens.

Palavras-chave: Empregabilidade, jovens, logit multinomial.

Classificação JEL: C30, J22, J64

Abstract: This study was conducted by using PNAD's (2011) microdata, investigating the inclusion of young people, from 15 to 24 years, in the labor market. To this, was analyzed the marginal effects and the odds ratio of a multinomial logistic function. It was evidenced that education and experience positively influenced the employability. Having a son, be woman and nonwhite reduced the probability of working. These results suggest a direction for public policies aimed at alleviating unemployment among young people.

Keywords: Employability, youth, multinomial

JEL Code: C30, J22, J64

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: mateus.neves@ufv.br

² Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: jelima@ufv.br

1 INTRODUÇÃO

Visando níveis de produtividade cada vez maiores, foram geradas pressões importantes sobre o mercado de trabalho. Missio, Vieira e Iahn (2008) destacam que a busca por maior produtividade do trabalho tem induzido à diminuição da oferta de empregos e à ampliação da base de exigências qualitativas do trabalhador – maior escolarização e proatividade, para que estejam aptos a ocupar as novas funções que vão surgindo com a mudança da base tecnológica do sistema produtivo.

Assim como em outros países emergentes, o Brasil passa por este processo desde a década de 1990. Além das modificações estruturais na base concorrencial, o país passou por intensas modificações em suas políticas macroeconômicas, com o intuito de promover a estabilização da economia, o que propiciou elevação substancial nas taxas de desemprego (MENDONÇA *et al.*, 2012).

Entre os jovens, concentra-se a maior parte das pessoas que se incorporam ao mercado de trabalho pela primeira vez. Um argumento acerca da causa do alto desemprego juvenil está justamente na dificuldade do jovem em conseguir o primeiro emprego. Outro argumento associa a dificuldade em obter uma colocação no mercado de trabalho a um sistema de educação inadequado frente às, já citadas, exigências cada vez maiores do mercado e à incapacidade dos jovens em permanecerem na escola. Além disso, Silva (2001) destaca a predileção, por parte dos empresários, por trabalhadores adultos, que somam experiência e hábitos de trabalho mais sedimentados, o que seria mais um obstáculo para o jovem, sobretudo, na obtenção do primeiro emprego.

Informações disponíveis na literatura sobre a inclusão de jovens no mercado, quando comparadas com os dados referentes a outras faixas etárias, ratificam as dificuldades enfrentadas por este segmento da força de trabalho. Exemplo disso é a pesquisa realizada por Pochmann (2008), evidenciado que o desemprego de jovens de ambos os sexos, entre 15 e 24 anos, teve aumento maior do que em outras faixas etárias. O autor, baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) referente ao ano de 2005, ressaltou que a taxa de desemprego entre os jovens variou 70,2% entre 1995 e 2005 (de 11,4% para 19,4%). Para o restante da população

economicamente ativa, variou 44,2% (de 4,3% para 6,2%).

Neste sentido, um estudo que aborde os fatores determinantes para a inserção dos jovens no mercado de trabalho torna-se relevante, à medida que auxilia na elaboração e implementação de políticas públicas que visem a melhor adequação, tanto dos jovens aos postos de trabalho, quanto das oportunidades de emprego a estes jovens. Considerando estes aspectos, pretendeu-se identificar e analisar tais fatores determinantes da inserção de jovens, com idade entre 15 e 24 anos, no mercado de trabalho brasileiro, no ano de 2011. Para tanto, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) referentes àquele ano. Optou-se também, neste trabalho, pela avaliação das cinco regiões brasileiras, esperando-se, com esta abordagem, que sejam evidenciadas algumas diferenças regionais.

Este artigo é composto, além desta introdução, por uma revisão de literatura acerca do tema em destaque, seguida de uma seção que explicita a metodologia utilizada, sucedida dos resultados obtidos, sendo finalizado pelas conclusões.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, é apresentada uma breve revisão de trabalhos que abordaram a temática da relação entre juventude e mercado de trabalho.

Silva e Kassouf (2002) avaliaram os determinantes da inserção de jovens no mercado de trabalho brasileiro com base em dados da PNAD, referentes ao ano de 1998. Os autores estimaram um modelo *logit* multinomial, considerando-se a possibilidade de os jovens, de ambos os gêneros, estarem inseridos em três categorias ocupacionais, quais sejam: inativo, empregado e desempregado. Os resultados mostraram que as principais variáveis que determinaram a inserção dos jovens no mercado de trabalho foram escolaridade, experiência e renda.

Bastos (2006) analisou o quanto o tamanho relativo da população jovem masculina e feminina e a conjuntura econômica influenciaram a ocupação e o desemprego desses segmentos no período de 1993 a 2004, na Região Metropolitana de Porto Alegre. O autor concluiu, após a estimação de modelos econométricos, que

ambos os fatores tiveram efeito significativo na determinação da ocupação e no desemprego de jovens e destacou que a situação é mais desfavorável para indivíduos do sexo feminino, dado seu elevado crescimento proporcional ao restante da população, no período considerado.

Em exame semelhante ao de Silva e Kassouf (2002), Tomás (2007) avaliou o ingresso de jovens no mercado de trabalho em seis regiões metropolitanas – Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – nos períodos 1982/1983, 1991/1992, e 2000/2001. Este autor utilizou-se de algumas técnicas econométricas para esse propósito, sendo uma delas o modelo *logit* multinomial. Os resultados indicaram que características individuais, como sexo e escolaridade, recursos familiares disponíveis e variáveis demográficas, como idade, apresentaram influência significativa na inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Considerando especificamente a experiência, Menezes-Filho e Picchetti (2000) enfatizaram que aqueles que já trabalharam têm probabilidade menor de permanecer desempregados em comparação aos que procuram emprego pela primeira vez. Camargo e Reis (2005) explicaram este fato demonstrando que a falta de experiência causa um problema de assimetria de informações no mercado de trabalho, dado que parte das características produtivas do trabalhador costuma ser revelada à medida que ele participa do mercado de trabalho. Assim, assimetrias de informações mais elevadas estão associadas a taxas de desemprego maiores, o que é mais proeminente no caso dos jovens.

Há também estudos que sugerem uma relação entre anos de estudo e taxa de desemprego com formato de U invertido, como os de Barros *et al.* (1997) e Fernandes e Picchetti (1999). Camargo e Reis (2005) expuseram que a taxa de desemprego entre trabalhadores qualificados é relativamente baixa e sistematicamente decrescente com aumentos nos anos de estudo, sendo o formato de U invertido uma característica dos trabalhadores mais jovens.

Por fim, Mendonça *et al.* (2012) consideraram os fatores determinantes para a participação feminina no mercado de trabalho dos estados do Nordeste brasileiro, para o ano de 2009. Para isso, também estimaram um modelo *logit* multinomial e concluíram que as variáveis mais relevantes na determinação da inserção das jovens no

mercado de trabalho foram escolaridade e experiência, que apresentaram efeitos positivos na empregabilidade, e possuir filho, com efeito negativo.

3. METODOLOGIA

Expõe-se neste tópico, uma discussão sobre os determinantes para a inserção do jovem no mercado de trabalho, considerados na pesquisa, além do modelo econométrico utilizado e fonte dos dados do estudo.

3.1 Fatores determinantes para inserção no mercado de trabalho

Inicialmente, foram consideradas, neste estudo, três categorias relacionadas à situação ocupacional em que o jovem poderia situar-se, no período analisado: ativos e empregados, ativos e desempregados e inativos. Na categoria ativos e empregados, enquadram-se aqueles jovens que haviam efetivamente trabalhado no período de referência da PNAD 2011, ou em parte dele (semana de referência ou período de referência de 365 dias ou de menos de 4 anos). A categoria ativos e desempregados refere-se aos jovens desempregados, mas que tomaram providência na busca por emprego, também no período de referência. Por fim, inativos são os jovens que não tinham trabalho e não haviam procurado emprego no período de referência.

Assim, esperou-se determinar quais características, dentre aquelas selecionadas, foram relevantes para a inserção no mercado de trabalho dos jovens de ambos os gêneros, de 15 a 24 anos. Aplicações similares de modelos na determinação da participação dos indivíduos na força de trabalho, para o Brasil, foram abordadas por Mendonça *et al.* (2012), Silva e Kassouf (2002), Kassouf (1999, 1998), Fernandes e Picchetti (1999), entre outros. O modelo econométrico estimado, que possibilita investigar as probabilidades de inatividade, emprego e desemprego, foi o *logit* multinomial, adequado quando da análise de variáveis dependentes qualitativas, com J possíveis categorias, sem que haja alguma ordenação entre estas categorias. Deste modo, no modelo *logit* multinomial utilizado, as categorias ocupacionais em que os jovens poderiam enquadrar-se foram definidas como: inativos ($j=0$), ativos e empregados ($j=1$) e ativos e desempregados ($j=2$).

A estrutura destes modelos foi baseada na análise de probabilidades e, segundo Greene (2003), pode ser ilustrada na seguinte forma:

$$P_j = Prob(Y = j) = F(X', \beta) \quad (1)$$

onde j são as categorias em que o jovem pode se situar. O conjunto do parâmetro β reflete o impacto das mudanças em x (matriz de características observáveis dos jovens) na probabilidade de um determinado jovem se encontrar em uma das três categorias possíveis.

Especifica-se o modelo *logit* multinomial, utilizado neste trabalho, como segue:

$$P_j = Prob(Y_i = j) = \frac{e^{\beta_j'x_i}}{\sum_{k=0}^J e^{\beta_k'x_i}}, j = 0, 1, 2, \dots, J \quad (2)$$

onde Y_i é a variável aleatória que indica a categoria ocupacional à qual o jovem pertence; P_j é a probabilidade de o evento j ocorrer, o que é equivalente à probabilidade do jovem pertencer à categoria j ; x representa a matriz de atributos dos jovens e, β , vetor de parâmetros a ser estimado.

Neste sentido, conforme o modelo descrito, a probabilidade de que ocorra dada resposta, ou seja, que o indivíduo se enquadre em uma das 3 categorias de ocupação definidas, varia entre os jovens de acordo com seus atributos observados, quais sejam:

- gênero – variável *dummy* que assume valor 1, caso o jovem seja do gênero masculino e 0, caso seja do gênero feminino;
- cor – variável *dummy* que tem valor 1, caso o jovem seja branco e 0, caso contrário;
- filho – variável *dummy* que adquire valor 1, caso o jovem assuma o papel de filho da família e 0, caso contrário;
- cônjuge – variável *dummy* com valor 1, caso o jovem assuma condição de cônjuge na família e 0, caso contrário;
- outro – variável *dummy* que assume valor 1 caso o jovem seja outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico; e 0, caso contrário;
- chefe (categoria base) – variável *dummy* que tem valor 1, caso

- o jovem assuma a condição de chefe da família e 0, caso contrário;
- *sitcen* – variável *dummy* que apresenta valor 1, caso o jovem resida no meio urbano e 0, caso resida no meio rural;
 - *filhos* – variável *dummy* que admite valor 1, caso o jovem tenha filho nascido vivo e 0, caso não tenha;
 - *expe* – anos de experiência do jovem no mercado de trabalho, somados os períodos de experiência profissional no emprego anterior, caso haja, e no emprego atual, caso haja;
 - *anosest* – anos de estudo do jovem;
 - *estXexpe* – interação das variáveis experiência (*expe*) e escolaridade (*anosest*);
 - *compfam* – número de componentes da família;
 - *lnrenda* – logaritmo natural da renda *per capita* da família do jovem;
 - *sit_ocup* – variável que tem valor 0, caso o jovem pertença à categoria inativa; 1, caso o jovem seja ativo e empregado; e 2, caso o jovem pertença à categoria ativo e desempregado;
 - Região de Residência – variável qualitativa que assume valor dada a região em que reside o jovem: N, NE, SE, S e CO (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, respectivamente), sendo o Sudeste a região tomada como base.

Deve-se salientar que especificar o modelo conforme a equação (2) geraria uma indeterminação, fato que pode ser resolvido escolhendo-se uma das formulações alternativas. Greene (2003) indica que uma normalização usual é supor β_0 igual a zero. Deste modo, as probabilidades seriam:

$$P_j = Prob(Y_i = j) = \frac{e^{\beta_j'x_i}}{1 + \sum_{k=0}^J e^{\beta_k'x_i}}, j = 0, 1, 2, \dots, J \quad (3)$$

e

$$P_j = Prob(Y_i = 0) = \frac{1}{1 + \sum_{k=0}^J e^{\beta_k'x_i}} \quad (4)$$

Usualmente, utiliza-se Máxima Verossimilhança (MV) para estimar o modelo, implicando que, diferentemente do método de

Mínimos Quadrados Ordinários, por exemplo, tal modelo não possui diretamente, em seus coeficientes estimados, respostas marginais que possam ser assim interpretadas. Visando contornar esta limitação, foram calculados os efeitos marginais dos coeficientes, visando facilitar a avaliação dos resultados. Tais efeitos são obtidos pela diferenciação das equações (3) e (4):

$$\frac{\partial P_j}{\partial X_i} = P_j \left[\beta_j - \sum_{k=0}^J P_k \beta_k \right] = P_j [\beta_j - \bar{\beta}] \quad (5)$$

Definidos conforme descrito na equação (5), deve-se salientar que o sinal dos efeitos marginais podem não ser os mesmos dos coeficientes estimados.

É possível complementar a abordagem dos efeitos marginais por meio de uma forma alternativa de análise, conhecida como *odds-ratio* ou razão de risco relativo (RRR). Define-se esta razão como a probabilidade de dado evento ocorrer, em relação a outro. Para tanto, considerando P_j como a probabilidade de ocorrência do evento, e $1 - P_j$ a probabilidade de não ocorrência, a razão de chances a favor do evento ocorrer é dada pelo quociente:

$$\frac{P_j}{1 - P_j}.$$

Com a transformação do *logit*, a expressão (6) passa a ser conhecida como antilog do *logit*. Esta interpretação é idêntica a do *logit* binário. A interpretação de variáveis quantitativas é feita pelo incremento de uma unidade e pela comparação da categoria analisada com a categoria base. Já a interpretação para uma variável qualitativa é dada pela relação de uma categoria com a outra (MENDONÇA *et al.*, 2012).

A razão de chances no modelo multinomial *logit* é definida por:

$$RRR = \frac{\frac{Prob(Y = j / x + 1)}{Prob(Y = k / x + 1)}}{\frac{Prob(Y = j / x)}{Prob(Y = k / x)}} \quad (7)$$

Segundo Powers e Xie (2000), o conceito de risco relativo

assemelha-se ao de *odds ratio*, sendo o risco definido como a probabilidade de ocorrência de determinado evento em um intervalo de tempo. Visando facilitar a sua interpretação, o *odds ratio* pode ser convertido em incremento percentual, conforme (8):

$$(odds - 1) * 100 \quad (8)$$

com o resultado de tal abordagem apresentando a probabilidade de mudança da categoria base para a categoria em análise como fruto de variações das características dos indivíduos.

3.2 Fonte dos dados

Os dados utilizados neste estudo foram retirados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), baseada em amostra probabilística de domicílios, com abrangência nacional, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em setembro de 2011.

A PNAD tem como finalidade produzir informações básicas, que podem ser empregadas no estudo de soluções que levem ao desenvolvimento do país. Devido à natureza de sua coleta de dados, a pesquisa relata informações pormenorizadas acerca das condições socioeconômicas de cada indivíduo observado.

O escopo deste trabalho foram os jovens residentes em todas as regiões do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), de ambos os gêneros, com idade entre 15 e 24 anos, resultando em uma amostra composta por 58.787 indivíduos.

4 RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se algumas estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo, visando caracterizar a amostra. Posteriormente, são exibidos os resultados obtidos com a aplicação do modelo *logit* multinomial, por meio da razão de risco relativo e dos efeitos marginais.

4.1 Análise preliminar dos dados

Antes de expor os resultados obtidos com a aplicação do modelo *logit* multinomial, apresentam-se as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas. Pela análise da Tabela 1, constata-se que a amostra de jovens, entre 15 e 24 anos, residentes em todas as regiões

do país, exibiu, em sua maioria, jovens ativos e empregados (50,08%). Na categoria ativos e desempregados, enquadravam-se 9,19% dos jovens, à época da entrevista.

Tabela 1 – Brasil: Proporção das variáveis categóricas explicativas dos jovens entre 15 e 24 anos (2011)

Variável		Proporção	Erro-Padrão	Intervalo de Confiança (95%)	
Ocupação	Inativa	0,4073	0,0027	0,4019	0,4127
	Ativo e Empreg	0,5008	0,0028	0,4954	0,5062
	Ativo e Desemp	0,0919	0,0016	0,0888	0,0949
Gênero	Feminino	0,4975	0,0022	0,4931	0,5018
	Masculino	0,5025		0,4982	0,5069
Cor	Branco	0,4447	0,0034	0,5487	0,5619
	Não-Branco	0,5553		0,4381	0,4513
Situação na família	Chefe ⁺	0,1172	0,0015	0,1142	0,1202
	Filho	0,6571	0,0029	0,6514	0,6627
	Cônjuge	0,1185	0,0016	0,1154	0,1216
	Outro	0,1073	0,0017	0,1039	0,1106
Situação censitária	Urbano	0,8486	0,0040	0,8408	0,8565
	Rural	0,1514		0,1435	0,1592
Filhos	Sim	0,1216	0,0016	0,1184	0,1248
	Não	0,8784		0,8752	0,8816
Região de residência	Norte	0,0964	0,0016	0,0933	0,0995
	Nordeste	0,2936	0,0028	0,2881	0,2991
	Sudeste [#]	0,3884	0,0034	0,3818	0,1466
	Sul	0,1427	0,0020	0,1388	0,1466
	Centro-Oeste	0,0788	0,0015	0,0759	0,0817

Fonte: Elaborado com dados de PNAD/IBGE (2011).

⁺ categoria base dentre aquelas que compõem a Situação na Família.

[#] categoria base dentre aquelas que compõem a Região de Residência.

Com relação ao gênero e à cor, 50,25% dos jovens são do sexo masculino e 44,47% declaravam-se brancos. Levando-se em consideração a posição que cada jovem assumia em seu domicílio, quando da entrevista da PNAD (2011), constatou-se que 11,72% assumiam o papel de chefe do domicílio, mesmo dada a pouca idade. Já em 65,17% dos casos, os jovens eram os filhos na família. Para

11,85% dos jovens, a posição assumida na família era a de cônjuge. O restante, 10,73%, tomava outra posição dentro da família.

O local de moradia de 84,86% dos jovens amostrados, ou seja, da grande maioria, era o meio urbano. Também, grande maioria (87,84%) não tinha filhos. A distribuição dos jovens pelas regiões brasileiras demonstrava que 9,64% residiam na região Norte, 29,36% estavam no Nordeste, 38,84% moravam na região Sudeste, 14,27% encontravam-se no Sul e, finalmente, 7,88% habitavam a região Centro-Oeste.

A Tabela 2 contém outras características das demais variáveis, a serem destacadas, como a experiência e escolaridade dos jovens considerados neste estudo. O baixo valor para a experiência, de aproximadamente um ano, reflete a idade dos investigados, bem como pode refletir a grande inatividade dos indivíduos da amostra (40,73%). A média de escolaridade foi superior a 9 anos e 9 meses, evidenciando que, de maneira geral, os jovens possuíam o ciclo fundamental de ensino completo. Cabe salientar que, segundo a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, o ensino fundamental obrigatório deve iniciar-se aos 6 anos de idade, sendo concluído, geralmente, aos 14 anos de idade.

Tabela 2 – Brasil: Médias e erros-padrão das variáveis explicativas dos jovens entre 15 e 24 anos (2011)

Variável	Média	Erro-Padrão
Experiência	0,9627	1,9454
Escolaridade	9,8127	3,1579
Comp. Família	4,3404	1,8673
Renda <i>per capita</i>	581,72	724,19

Fonte: Elaborado com dados de PNAD/IBGE (2011).

Ademais, o número de componentes das famílias consideradas não é muito amplo, girando em torno de 4 componentes, com renda *per capita* de R\$ 581,72, sendo este um valor superior ao salário mínimo vigente em 2011 (R\$ 545,00).

Dado o emprego destas variáveis, o modelo *logit* multinomial produziu os resultados expostos na seção a seguir.

4.2 Análise dos determinantes da inserção dos jovens no mercado de trabalho

Como evidenciado anteriormente, ao contrário de modelos como o de Mínimos Quadrados Ordinários, os coeficientes estimados pelo modelo *logit* multinomial não representam diretamente os efeitos marginais na variável dependente, dado variações nas variáveis explicativas. Por este motivo, a exposição de tais coeficientes não possui muita utilidade, e não será feita neste trabalho. Assim, a apresentação e análise dos resultados advindos do modelo *logit* multinomial foram feitas à luz da razão de risco relativo (RRR) e dos efeitos marginais obtidos para cada uma das variáveis utilizadas.

A grande maioria dos coeficientes RRR estimados exibiu significância estatística. Tendo a categoria “inativo” como referência, todos os coeficientes foram significativos para a categoria “ativo e empregado”. Para a classe de “ativo e desempregado”, apenas o número de componentes da família não teve coeficiente significativo.

Em síntese, a estimação das razões de risco relativo possibilita verificar, dadas mudanças das variáveis explicativas, as chances que os jovens considerados no estudo têm de transitar da categoria inativa (categoria base) para as demais categorias: i) ativo e empregado e; ii) ativo e desempregado.

Assim, considerando o gênero, constata-se, pela análise da Tabela 3, que há duas vezes mais chances dos jovens do sexo masculino passarem de inativos à categoria ativo e empregado e 37,75% de possibilidade de transitarem para a categoria ativo e desempregado.

Já com relação à cor dos jovens, percebe-se que aqueles declarados brancos possuem menos 22,22% e 21,92% de chances de transitarem da categoria “inativo” para as categorias “ativo e empregado” e “ativo e desempregado”, respectivamente. Tal resultado indica que pode haver estímulo aos jovens brancos permanecerem inativos e não buscarem emprego, possivelmente, somente estudando neste período.

Tabela 3 – Brasil: Estimativas da Razão de Risco Relativo para as equações de emprego e desemprego, jovens entre 15 e 24 anos (2011)

	RRR	Erro-Padrão	Intervalo de Confiança (95%)	
Ativo e empregado				
gênero	2,0535***	0,0507	1,9565	2,1554
cor	0,7778***	0,0192	0,7411	0,8163
filho	0,1576***	0,0073	0,1439	0,1726
cônjuge	0,3895***	0,0199	0,3523	0,4306
outro	0,2417***	0,0129	0,2177	0,2685
sitcen	1,0624*	0,0385	0,9895	1,1407
filhos	0,5945***	0,0268	0,5442	0,6494
expe	5,1350***	0,3690	4,4604	5,9116
anosest	1,1071***	0,0048	1,0977	1,1165
estXexpe	1,0211***	0,0072	1,0071	1,0353
compfam	1,0678***	0,0072	1,0538	1,0819
lnrenda	1,4079***	0,0152	1,3784	1,4381
N	0,6803***	0,0242	0,6346	0,7294
NE	0,7587***	0,0234	0,7142	0,8060
S	1,2338***	0,0442	1,1502	1,3235
CO	0,8692***	0,0342	0,8047	0,9389
Ativo e desempregado				
gênero	1,3775***	0,0468	1,2888	1,4723
cor	0,7809***	0,0265	0,7308	0,8347
filho	0,6167***	0,0401	0,5430	0,7005
cônjuge	0,7617***	0,0530	0,6645	0,8730
outro	0,6976***	0,0515	0,6037	0,8062
sitcen	2,2614***	0,1365	2,0090	2,5454
filhos	0,9013*	0,0529	0,8034	1,0112
expe	2,9224***	0,2710	2,4367	3,5050
anosest	1,1369***	0,0068	1,1238	1,1503
estXexpe	0,9763***	0,0089	0,9590	0,9938
compfam	0,9928	0,0089	0,9755	1,0103
lnrenda	0,8739***	0,0086	0,8572	0,8911
N	0,6595***	0,0322	0,5994	0,7257
NE	0,8222***	0,0334	0,7593	0,8903
S	0,8564***	0,0457	0,7714	0,9508
CO	0,8208***	0,0454	0,7364	0,9147

Fonte: Resultados da pesquisa.

Notas: Categoria base: Inativo. * Significativo a 10%. ** Significativo a 5%.

*** Significativo a 1%.

Observando-se as variáveis binárias referentes à posição do jovem na família (chefe – categoria base, filho, cônjuge e outro), verifica-se que assumir a posição de filho, cônjuge e outro reduz as chances de passar de inativo a ativo e empregado em 84,24%, 61,05% e 75,83%, respectivamente, quando comparadas com a categoria base. Do mesmo modo, há redução das chances de transitar da categoria inativo para ativo e desempregado em 38,38%, 23,83% e 30,24% para os jovens que são filhos, cônjuges e outros, respectivamente.

Com relação à situação censitária (sitcen), notou-se que o fato dos jovens morarem no meio urbano elevava em 6,24% a chance de passar da categoria inativo à categoria ativo e empregado. Porém, chama mais atenção, o aumento em mais de duas vezes nas chances dos jovens em transitar da categoria inativo para a categoria ativo e desempregado, caso morem no meio urbano, comparativamente a residir no meio rural.

Possuir filho faz com que as chances do jovem mudar da categoria inativo para a categoria ativo e empregado sejam de menos 40,55%, comparativamente àqueles jovens que não tinham filhos. Já a mudança para a categoria ativo e desempregado tem 9,87% menos chances de ocorrer, comparativamente aos jovens sem, ao menos, um filho.

Incrementos nas variáveis experiência (expe) e escolaridade (anoset) agiram no sentido de aumentar a probabilidade dos jovens transitarem da categoria inativo para as categorias ativo e empregado e ativo e desempregado, conforme esperado. Um ano a mais de experiência, por exemplo, aumenta em mais de 5 vezes a probabilidade dos jovens transitarem da categoria inativo para a categoria ativo e empregado, demonstrando grande importância desta variável nas chances de mudança. Um ano a mais de estudo aumenta as chances de passar da categoria inativo para ativo e empregado e ativo e desempregado em 10,71% e 13,69%, respectivamente.

O número de componentes da família (compfam) do jovem foi significativo apenas para explicar as chances de passagem da categoria inativo para a categoria ativo e empregado, com aumento de 6,78%.

Examinando a região do país na qual o jovem reside, tomando-se a região Sudeste como base, percebe-se que apenas aqueles que residem na região Sul possuem incremento nas chances de passar da categoria inativo para a categoria ativo e empregado,

evidenciando oportunidades de emprego maiores nesta região. Com relação à transição para a categoria ativo e desempregado, há redução nas chances de mudança para todas as regiões, na comparação com a região Sudeste.

Adicionalmente à análise das razões de risco relativo (RRR), os efeitos marginais de cada variável, obtidos em seus respectivos pontos médios, foram calculados e examinados para cada uma das 3 equações: inativo, ativo e empregado e ativo e desempregado. Como mostrado na Tabela 4, a grande maioria dos coeficientes apresenta significância estatística.

Os resultados evidenciam que, caso o jovem seja do gênero masculino, tudo mais considerado constante, isto atua no sentido de diminuir a probabilidade de pertencer à categoria inativo em 11,63 pontos percentuais (p.p.), aumentando a probabilidade de estar ativo e empregado (13,51 p.p.) e diminuindo a chance de estar ativo e desempregado (1,89 p.p.). Este resultado revela desvantagem relativa ao gênero feminino no preenchimento das vagas existentes no mercado de trabalho, corroborando com resultado encontrado por Silva e Kassouf (2002), que evidenciaram maior acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens do sexo masculino.

A cor dos jovens influencia da seguinte forma suas chances no mercado de trabalho: sendo não branco, considerando tudo mais constante, o jovem tem sua chance de ser inativo aumentada em 4,41 p.p., ao passo que diminui sua chance de estar ativo e empregado (3,9 p.p.) e de estar ativo e desempregado (0,5 p.p.). Tais resultados demonstram certa discriminação aos jovens não brancos por parte dos agentes demandantes de mão-de-obra. Neste sentido, de acordo com Heringer (2002), as piores e menos numerosas oportunidades de emprego estão à disposição dos negros. Confirmam tal análise os resultados de Campante, Crespo e Leite (2004), que mostraram serem as oportunidades de emprego e os salários menores para pessoas da raça negra. Ainda, Silva e Kassouf (2002) sugeriram, com seus resultados, que há discriminação aos não brancos no preenchimento de vagas no mercado de trabalho.

Tabela 4 – Brasil: Efeitos marginais para as equações de inatividade, emprego e desemprego de jovens entre 15 e 24 anos (2011)

Variáveis	Inativo		Ativo e Empregado		Ativo e Desempregado	
	Efeito Marginal	Erro-Padrão	Efeito Marginal	Erro-Padrão	Efeito Marginal	Erro-Padrão
gênero	-0,1163***	0,0042	0,1351***	0,0052	-0,0189***	0,0029
cor	0,0441***	0,0042	-0,0390***	0,0052	-0,0051*	0,0029
filho	0,2539***	0,0064	-0,3262***	0,0074	0,0723***	0,0043
cônjuge	0,1693***	0,0108	-0,2045***	0,0118	0,0352***	0,0071
outro	0,2608***	0,0119	-0,3149***	0,0117	0,0541***	0,0081
sitcen	-0,0241***	0,0064	-0,0299***	0,0075	0,0539***	0,0034
filhos	0,0875***	0,0086	-0,1126***	0,0103	0,0250***	0,0058
expe	-0,2723***	0,0119	0,2860***	0,0121	-0,0137**	0,0059
anoses	-0,0183***	0,0007	0,0138***	0,0009	0,0045***	0,0005
estXexpe	-0,0027**	0,0012	0,0061***	0,0012	-0,0034***	0,0006
compfam	-0,0093***	0,0011	0,0147***	0,0014	-0,0049***	0,0008
lnrenda	-0,0492***	0,0019	0,0832***	0,0023	-0,0339***	0,0011
N	0,0722***	0,0066	-0,0609***	0,0079	-0,0113***	0,0039
NE	0,0476***	0,0053	-0,0484***	0,0066	0,0008	0,0035
S	-0,0285***	0,0056	0,0536***	0,0069	-0,0251***	0,0038
CO	0,0264***	0,0069	-0,0185**	0,0083	-0,0079*	0,0044

Fonte: Resultados da pesquisa.

Notas: * Significativo a 10%. ** Significativo a 5%. *** Significativo a 1%.

Com relação às variáveis binárias referentes à posição dos jovens na família, os resultados sugeriram que a probabilidade de que pertençam à categoria inativo tornou-se maior quando assumiram o papel de filho (25,39 p.p.), cônjuge (16,93 p.p.) ou outro (26,08 p.p.), também atuando no sentido de aumentar as chances de estarem ativos e desempregados em detrimento de estarem ativos e empregados.

Tendo em vista o local onde o jovem reside (meio urbano ou meio rural), os efeitos marginais demonstraram que os jovens que habitam o meio rural têm a probabilidade de serem inativos reduzida em 2,41 p.p., bem como de serem ativos e empregados reduzida em 2,99 p.p., aumentando a possibilidade em 5,39 p.p. de serem ativos e empregados. Tal resultado corrobora o alcançado por Mendonça *et al.* (2012), quando da análise apenas de jovens mulheres do Nordeste

brasileiro. Deve-se salientar que, no meio rural, dadas as condições de recrutamento para o trabalho, geralmente, os jovens tornam-se ativos mais cedo.

Possuir filhos atuou na direção de elevar em 8,75 p.p. e 2,50 p.p. as probabilidades dos jovens estarem inativos e ativos e desempregados, respectivamente. Em contrapartida, diminui a probabilidade de estarem ativos e empregados em 11,26 p.p., sugerindo que ter um filho dificulta a entrada no mercado de trabalho, mesmo que, espera-se, tal dificuldade seja mais elevada no caso de jovens do sexo feminino, confirmando o que foi demonstrado por Mendonça *et al.* (2012) e Pochmann (2008) que, de modo geral, também evidenciaram ser a presença de filhos um fator que diminui a possibilidade de entrada dos jovens no mercado de trabalho.

A variável experiência (*expe*), considerada uma das mais importantes pela literatura como determinante para a inserção no mercado de trabalho, teve efeitos marginais indicando que um incremento na experiência dos jovens eleva a chance de estarem na categoria ativo e empregado. Um ano a mais de experiência do jovem foi capaz de majorar a chance de estar ativo e empregado em 28,60 pontos percentuais, ao passo que reduz as chances de inatividade em 27,23 p.p., resultados que, segundo também indica Mendonça *et al.* (2012), comprovam a importância desta variável como determinante para o acesso ao mercado de trabalho. De acordo com Silva e Kassouf (2002), dado que é natural que jovens possuam pouca experiência profissional, aqueles que tenham alguma vivência no mercado estão em vantagem em relação aos demais.

Outra variável notadamente relevante para determinar o acesso ao mercado de trabalho, a escolaridade (*anoses*) atuou de forma semelhante à experiência nas três categorias analisadas. Um ano a mais de escolaridade atuou no sentido de diminuir em 1,83 p.p. a probabilidade do jovem estar inativo, elevando em 1,38 p.p. a chance de que seja ativo e empregado e em 0,45 p.p. a possibilidade de ser ativo e desempregado. Os efeitos marginais para a escolaridade não se apresentam tão elevados quanto aqueles apresentados pela variável experiência. Segundo observaram Fernandes e Picchetti (1999), a probabilidade de desemprego é inicialmente crescente com anos de estudo, atingindo um máximo com cerca de nove anos de estudo e, a partir daí, começando a decrescer. Assim, como pode ser constatado

na Tabela 2, com escolaridade média de 9,81 anos, os jovens brasileiros estariam ligeiramente acima do ponto máximo apontado pelos autores.

As variáveis experiência e escolaridade representam o estoque de capital humano adquirido pelo jovem, havendo relação direta entre seu aumento e a produtividade e, conseqüentemente, a elevação da empregabilidade (SILVA e KASSOUF, 2002). Com relação a estas variáveis, percebeu-se, para o ano em análise, e considerando os jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 24 anos, que o mercado de trabalho valoriza mais a experiência dos jovens do que a escolaridade.

Ademais, percebeu-se que a escolaridade atuou no sentido de elevar a probabilidade do jovem estar ativo e desempregado. Segundo Mendonça *et al.* (2012) e Silva e Kassouf (2012), jovens mais preparados para o mercado de trabalho tenderiam a ser mais seletivos com relação à seleção das vagas disponíveis, permanecendo mais tempo desempregados.

O número de componentes na família (compfam) atuou para elevar a probabilidade de emprego (1,47 p.p.), reduzindo as chances de inatividade em 0,93 p.p. e desemprego 0,49 p.p., comprovando o conceito de que os jovens, muitas vezes, precisam trabalhar para auxiliar no sustento de suas famílias, conforme argumentam Lima (2008) e Mendonça *et al.* (2012).

Os efeitos marginais da variável renda atuaram no sentido de reduzir as probabilidades de inatividade e desemprego, elevando a possibilidade de empregabilidade dos jovens avaliados, tudo mais considerado constante. Tais resultados são contrários à crença mais comum de que famílias com uma renda *per capita* maior podem proporcionar melhores condições para que seus filhos se preparem para o mercado de trabalho, possibilitando que se dediquem aos estudos, elevando, num primeiro momento, a inatividade e diminuindo as probabilidades de que haja busca por colocação no mercado de trabalho. Porém, Scorzafave e Menezes-Filho (2001) demonstraram que, em famílias mais abastadas, há possibilidade de contratação de babás e pagamento de creches, liberando jovens mulheres para o trabalho. Ademais, a rede de contatos proporcionada aos jovens de famílias mais ricas poderia facilitar sua entrada no mercado de trabalho.

Por fim, relativamente à região do país em que o jovem reside, e considerando como categoria base a região Sudeste, notadamente a que apresenta maior dinamismo econômico no país, verificou-se, com os efeitos marginais das variáveis *dummies* para cada região, que: i) a chance de inatividade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste é maior do que na região Sudeste, e menor na região Sul; ii) a probabilidade de estar empregado é menor, comparativamente ao Sudeste, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e maior no Sul e; iii) as chances de estar ativo e desempregado são maiores para os jovens do Nordeste, e menores para as regiões do Norte, Sul e Centro-Oeste, tendo o Sudeste como base. A Tabela 5 mostra as taxas de inatividade, emprego e desemprego dos jovens para cada região do país, confirmando a maioria dos resultados econométricos obtidos.

Tabela 5 – Brasil: Inatividade, emprego e desemprego estratificados por regiões dos jovens entre 15 e 24 anos (2011)

Categoria	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Inativos	0,4627	0,4661	0,3753	0,3424	0,3958
Empregados	0,4579	0,4412	0,5226	0,5860	0,5139
Desempregados	0,0794	0,0927	0,1021	0,0716	0,0903

Fonte: Elaborado com dados de PNAD/IBGE (2011).

Os resultados são coerentes entre si, demonstrando que, para o ano de 2011, e considerando-se a amostra selecionada, a região Nordeste era a menos favorável à empregabilidade dos jovens, sendo a região Sul aquela com probabilidades de emprego mais elevadas, tendo o Sudeste como referência. Demonstrou-se também ter a região Sudeste uma probabilidade grande de jovens ativos e desempregados, o que pode evidenciar maior necessidade de preparo destes jovens para o mercado de trabalho local.

Comparativamente à análise por regiões do país realizada no estudo de Silva e Kassouf (2002), que utilizou os dados da PNAD de 1998, e tinha a região Nordeste como referência, houve mudanças significativas neste intervalo de 13 anos, visto que, à época, residir no Sudeste diminuía a empregabilidade. Porém, como em 2011, permaneceu maior a chance de estar empregado no Sul e Centro-Oeste.

É válido salientar que, apesar de possibilitarem análises distintas, as razões de risco relativo e os efeitos marginais indicaram uma direção semelhante com relação ao comportamento das variáveis consideradas como determinantes para a situação ocupacional dos jovens brasileiros, no período examinado.

5. CONCLUSÕES

Devido à grande reestruturação pela qual vem passando o mercado de trabalho global e, conseqüentemente, o mercado de trabalho nacional, com incrementos em seu dinamismo e na produtividade marginal do trabalho, a relevância de fatores ligados à empregabilidade vêm se alterando continuamente. Como uma das partes mais afetadas por este contexto, os jovens veem-se envolvidos num mercado cada vez mais exigente.

Deste modo, fez-se relevante buscar observar, por meio deste trabalho, quais fatores têm influenciado a empregabilidade de jovens brasileiros, com 15 a 24 anos, visando auxiliar no direcionamento de políticas públicas que visem combater o desemprego entre este segmento da sociedade, potencializando a diminuição de sérios problemas sociais que possam advir da falta de oportunidades dignas.

As análises feitas, tanto considerando os resultados da razão de risco relativo, quanto dos efeitos marginais, indicaram que algumas variáveis tiveram posição de destaque no sentido de elevar a probabilidade da inserção dos jovens no mercado de trabalho. Neste sentido, com efeito positivo na empregabilidade, ressalta-se a escolaridade e a experiência profissional. No sentido oposto, com efeito negativo na probabilidade de estar empregado, sobressaem-se características como ser não-branco e possuir filhos. Ademais, verificou-se que os jovens residentes na região Nordeste do país estão em situação mais vulnerável quanto à possibilidade de preencherem vagas no mercado de trabalho.

Assim, torna-se manifesta a necessidade de investimentos em programas que priorizem a educação de qualidade, desde o ensino fundamental, possibilitando aos jovens maior acesso ao ensino superior. A chance de adquirirem experiência profissional, por meio de projetos que incentivem os empregadores a oferecerem a oportunidade do primeiro emprego aos jovens, também se mostra uma

alternativa valiosa na busca pela redução do desemprego juvenil. Ainda neste contexto, a educação profissional técnica tem papel relevante, oferecendo conhecimento prático, que vem sendo muito valorizado pelo mercado de trabalho.

Adicionalmente, campanhas educativas acerca das consequências da gravidez precoce, bem como políticas de planejamento familiar e, em última instância, o fornecimento de uma ampla rede de creches e pré-escolas, podem minimizar as vicissitudes ocasionadas pela presença de filhos na inserção de jovens, prioritariamente mulheres, no mercado de trabalho.

Por fim, deve-se esclarecer que este estudo não visou esgotar os determinantes que influenciam a entrada dos jovens do mercado de trabalho. Deste modo, ficam subentendidas sugestões relativas a futuras investigações que possam avançar no que diz respeito ao estudo destes determinantes.

REFERÊNCIAS

BARROS, R.; CAMARGO, J. M.; MENDONÇA, R. **Estrutura do Desemprego no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 478).

BASTOS, R. L. A. Crescimento Populacional, Ocupação e Desemprego dos Jovens: a experiência recente na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 301-315, 2006.

BRASIL. Lei n. 11.274, de 6 de fev. de 2006. **Diário Oficial (da República Federativa do Brasil)**, Brasília, DF, 7 fev. 2006.

CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. Desemprego: o custo da desinformação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 3, p. 381-5425, 2005.

CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V.; LEITE, P. G. P. G. Desigualdade Salarial entre Raças no Mercado de Trabalho Urbano Brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, v.

58, n. 2, p. 185-210, 2004.

FERNANDES, R. Mercado de Trabalho Não-regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 26, n. 3, p. 417- 442, dez. 1996.

FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Uma Análise da Estrutura do Desemprego e da Inatividade no Brasil Metropolitano. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 29, n. 1. p. 87-111, abr. 1999.

GREENE, W. **Econometric Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 2003. 828 p.

HERINGER, R. Desigualdades Raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Caderno de Saúde Pública**, v. 18, n. 2, p. 57-65, 2002.

IBGE. **PNAD 2011: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2011.

KASSOUF, A. L. **O trabalho Infantil no Brasil**. 1999. 110 f. Tese (Livre Docência) – DEAS-ESALQ-USP, Piracicaba, 1999.

KASSOUF, A. L. Wage Gender Discrimination and Segmentation in the Brazilian Labor Market. **Economia Aplicada**, São Paulo: FIPE/FEA-USP, v. 2, n. 2, jun. 1998.

LIMA, J. R. F. **Efeitos da Pluriatividade e Rendas Não Agrícolas Sobre a Pobreza e a Desigualdade Rural na Região Nordeste**. 2008. 157 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

MENDONÇA, G. M.; LIMA, J. E.; LIMA, J. R. F.; LÍRIO, V. S.; PEREIRA, V. F. Determinantes da Inserção de Mulheres Jovens no Mercado de Trabalho Nordestino. **Revista de Economia do Nordeste**, v.43, n.4, p. 161-174, 2012.

MENEZES-FILHO, N.; PICCHETTI, P. Os Determinantes da

Duração do Desemprego em São Paulo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 30, n. 1, p. 23-48, 2000.

MISSIO, J. F.; VIEIRA, R. M.; IAHN, J. F. Reestruturação Produtiva, Plano Real e Mercado de Trabalho: algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre. **Porto Alegre**. [S.l.], 2008. Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Fabricio_Missio/publication/237641274_REESTRUTURAO_PRODUTIVA_PLANO_REAL_E_MERCADO_DE_TRABALHO_algumas_consideraes_sobre_a_Regio_Metropolitana_de_Porto_Alegre/file/e0b495211775a681a7.pdf. Acesso em: 21 mar. 2014.

POCHMANN, Marcio. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. **São Paulo**. Fev, 2007. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/TRANSFORMAR_LEITURA/situacao_do_jovem_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 23 mar. 2014.

POWERS, D. A.; XIE, Y. **Statistical Methods for Categorical Data Analysis**. San Diego: Academic, 2000. 305 p.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. Participação Feminina no Mercado de Trabalho Brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 441-478, 2001.

SILVA, N. D. V. **Jovens Brasileiros: o conflito entre estudo e trabalho e a crise de desemprego**. 2001. 131 f. Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”/USP, Piracicaba, 2001.

SILVA, N. D. V.; KASSOUF, A. L. A Exclusão Social dos Jovens no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 2, p. 99-115, 2002.

TOMÁS, M. C. **O Ingresso dos Jovens no Mercado de Trabalho:**

uma análise das regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.